



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alan Rick

EMENDA Nº
(ao PL 2159/2021)

Dê-se aos arts. 10 e 11 do Projeto a seguinte redação:

“Art. 10. A autoridade ambiental competente assegurará procedimento simplificado na modalidade por adesão e compromisso e prioridade na análise para o licenciamento ambiental, quando exigível, das atividades ou dos empreendimentos de saneamento básico abrangidos pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e de segurança energética nacional, desde que previstos e contratados no planejamento e nas políticas energéticas nacionais.

§ 1º A emissão da LAC relativa ao procedimento de que trata o *caput* deste artigo será acompanhada de RCE, respeitado o disposto no inciso I do *caput* do art. 21 desta Lei.

§ 2º A exigência de EIA para o licenciamento ambiental das atividades e dos empreendimentos referidos no *caput* deste artigo somente deve ocorrer em situações excepcionais, devidamente justificadas pela autoridade licenciadora.”

“Art. 11. O licenciamento ambiental de serviços e obras direcionados à ampliação de capacidade e à pavimentação em instalações preexistentes em faixas de domínio e de servidão, bem como de dragagens de manutenção, será realizado mediante emissão da LAC, acompanhada de RCE, respeitado o disposto no inciso I do *caput* do art. 21 desta Lei.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à ampliação ou à instalação de linhas de transmissão nas faixas de domínio das rodovias.”



JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF) prevê, no *caput* do artigo 234, a possibilidade de apresentação de emenda que tão somente altere a redação da proposta. O inciso III do *caput* do artigo 230 do Risf permite emenda que altere mais de um dispositivo, desde que correlatas as modificações.

No caso concreto, até a votação dos relatórios apresentados pelo Senador Confúcio Moura e pela Senadora Tereza Cristina nas Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura e Reforma Agrária, às atividades e aos empreendimentos de saneamento básico abrangidos pela Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, garantia-se, pelo art. 10 do PL nº 2.159, de 2021, prioridade na análise e procedimento simplificado.

Por força do acatamento das emendas nº 116 e 117, do Senador Mecias de Jesus, na CMA e das emendas nº 120 e 121, também do Senador Mecias de Jesus, na CRA, idênticas, que alteraram os arts. 10 e 11 da proposição, restaram garantidos: i) a aplicação da modalidade simplificada por adesão e compromisso aos empreendimentos de saneamento básico; ii) isonomia de tratamento dispensando a esses empreendimentos aos de segurança energética nacional; e iii) aplicação da LAC às dragagens de manutenção.

Entretanto, a redação dos dois dispositivos, após a aprovação dos relatórios, é aparentemente contraditória e pode gerar divergência de interpretações na aplicação da futura norma.

Nesse contexto, apresenta-se esta Emenda para compatibilizar o texto dos dois dispositivos, mantendo-se o conteúdo, tanto do relatório inicialmente apresentado como das emendas acatadas e aprovadas, utilizando-se da melhor técnica legislativa, sem alteração de seu conteúdo.

Sala das sessões, de de .

Senador Alan Rick

